

FHC tenta acabar com empecilhos legais para entregar a água à iniciativa privada e permitir sua exploração pelo capital internacional

Água de mão beijada

Somente uma forte reação da sociedade poderá ser capaz de conter o ímpeto de FHC no sentido de desnacionalizar o controle dos recursos hídricos do país, através da privatização das empresas públicas de Saneamento. A determinação de Brasília nesse sentido é tão forte que a venda do setor já ganhou "status" de ministério, com a criação da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU - subordinada diretamente ao gabinete de FHC e encarregada de acelerar a privatização do setor em todo o país. Através da SEDU, o governo tenta acabar com os empecilhos legais à privatização e deverá enviar ao Congresso Nacional, no máximo em um mês, com pedido de urgência urgentíssima, dois substitutivos aos projetos de lei que vão definir marcos regulatórios para o Saneamento Ambiental.



páginas 4, 5 e 6

Página 2

Guerra à Inadimplência

Programa de Cortes recupera R\$ 8 milhões em apenas dois meses

Garotinho pede "ajuda" a FHC para reestruturar a CEDAE

O governador do Estado do Rio, Anthony Garotinho, pediu ajuda a Brasília para definir um programa de reestruturação da CEDAE, que inclui a formulação e avaliação de alternativas de gestão para a Companhia. A informação é da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU - , que vai trabalhar em conjunto com a Caixa Econômica Federal - CEF - no projeto de reforma institucional da CEDAE. As alternativas de modelo que serão estudadas são: a Gestão Privada da Empresa; a Gestão Pública e a Gestão com Parceiro Estratégico. **Página 7**



DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
Júlio César de O. Antunes
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
Márcio de Melo Rocha
Diretor Social
Antônio Carlos Álvares Grillo
Diretor Representante dos Aposentados
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto
João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores
Sérgio Rego Rodrigues
Advogados
Sueli Kolling Turano
Analistas de Sistemas
César Lima da Graça
Arquitetos
Júlio Celso Bragança Gil
Aposentados
Armando Costa Vieira
Edson Bittencourt Rosa
Eliana Glória Peixoto
Leon Ambram
Maria Carmem M. M. Almeida
Contadores
Sérgio Pereira
Economistas
Pedro Evandro Ferreira
Engenheiros
Álvaro Henrique C. Verocai
Clóvis Francisco do Nascimento Filho
Jonathas Ferreira Filho
Márcio de Melo Rocha
Renato Guerra Marques
Sócios Aspirantes
Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr Bittencourt de Oliveira, Emy Guimarães de Lemos, João Carlos do Rego Pinto, Renato Lima do Espírito Santo, Carlos Henrique Soares de Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva, Alberto Burd e Gerson Pereira L. Nascimento. **Suplentes:** Antônio Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues Leitão e Leon Ambram.

Produção e Edição

Planin - Serviços Editoriais
Tels: (021) 220-2461/524-0890
Email: planin@unikey.com.br

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério
MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Editoração Eletrônica

Planin Serviços Editoriais

Edição de Março de 2000

Tiragem: 2.000 exemplares

Programa de Cortes começa a recuperar arrecadação da CEDAE

Guerra à inadimplência

A CEDAE é viável econômica e financeiramente. A prova disso é que, através do Programa de Cortes, iniciado há menos de dois meses, a diretoria Comercial conseguiu aumentar a arrecadação da Empresa em cerca de R\$ 8 milhões no mês de março. A informação é do novo diretor Comercial da CEDAE, Márcio Paes Leme. Ele prevê que, se a CEDAE cobrar os R\$ 1 bilhão de débitos que tem na rua, será possível aumentar a sua arrecadação, de imediato, para R\$ 90 milhões/mês: "E até julho, estaremos faturando cerca de R\$ 100 milhões/mês", garantiu Paes Leme.

Segundo o diretor, consolidados os débitos até 96, a CEDAE teria a cobrar de usuários inadimplentes um débito de cerca de R\$ 500 milhões:

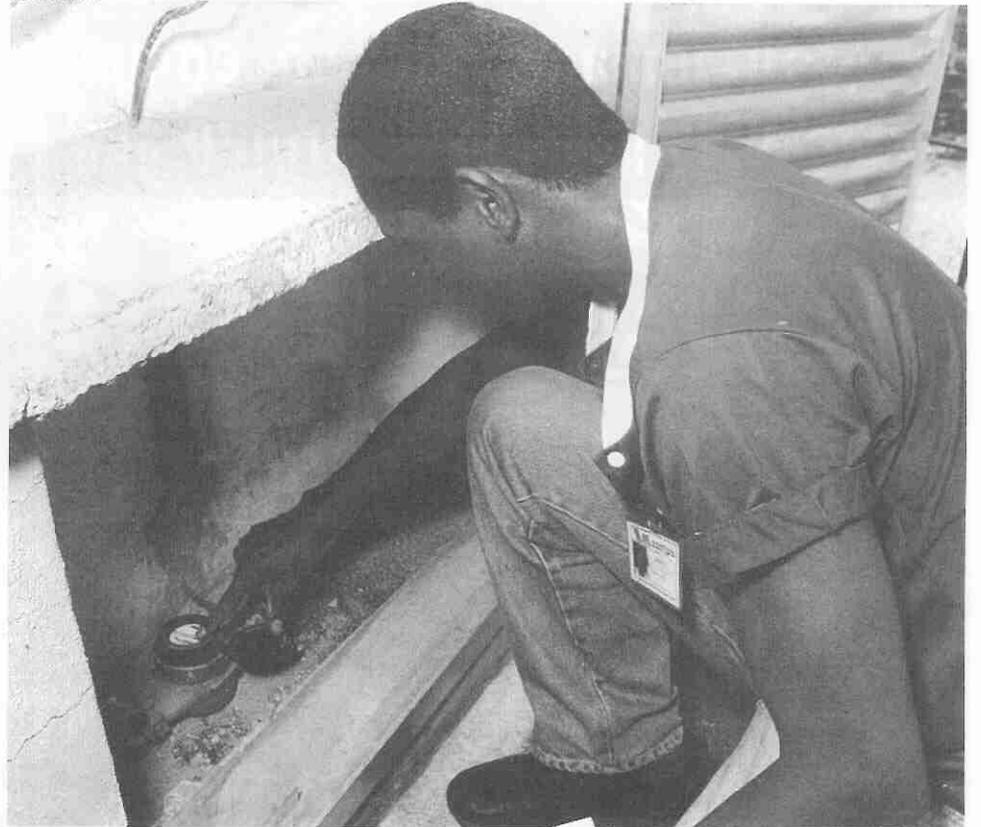
"Desse total, 40% se referem a consumidores que não tem hidrometração. Cinquenta por cento deste débito se referem a consumidores hidrometrados e os 10% restantes são de imóveis baixados. Ou seja, dinheiro que a CEDAE considera perdido, devido a baixa de matrícula do imóvel por diversos motivos, entre os quais, a demolição. Se forem considerados os débitos desde o ano passado até hoje, a CEDAE teria a receber dos usuários, que não pagam a conta d'água em dia, cerca de R\$ 40 milhões. Se incluirmos o ano de 1998, este débito passa a ser de R\$ 50 milhões. Se formos mais longe, e incluirmos o ano de 1997 até hoje, a CEDAE tem débitos na rua de R\$ 60 milhões", afirmou.

Política de Cortes Seletiva

Para iniciar o Programa de Recuperação de Receita, Márcio explicou que a Empresa decidiu implantar uma política seletiva de cortes, priorizando os grandes consumidores que não pagam suas contas em dia: "Emitimos 30.500 guias de débitos consolidados, num total de R\$ 159 milhões. Efetuamos 2.150 cortes e conseguimos um resultado surpreendente, considerando-se que, hoje, devido a negociação que a Empresa está fazendo com os usuários inadimplentes, a sua arrecadação aumenta diariamente".

Segundo o diretor, é preciso ficar claro que o objetivo da CEDAE não é simplesmente cortar a conta dos que devem à Empresa, mas acabar com a inadimplência, de forma a que

Foto: Arquivo



Iniciado há menos de dois meses, o Programa de Cortes permitiu um aumento na arrecadação da CEDAE de cerca de R\$ 8 milhões durante o mês de março

o usuário possa pagar os atrasados e a conta mensal. Márcio Paes Leme

“A política de cortes é seletiva, priorizando os grandes consumidores que não pagam suas contas em dia.”

disse ainda que a CEDAE vai manter o Programa de Cortes permanentemente, fazendo avaliações periódicas, de maneira a avaliar quem pagou e quem negociou.

Disse também que a Empresa já iniciou negociações com usuários

que estão na Justiça, para resolver várias pendências judiciais, que acabam por reduzir a sua arrecadação. Ao concordar com a ASEAC sobre a necessidade de se rever a legislação, o novo diretor anunciou que a CEDAE já formou uma Comissão de Técnicos para estudar o decreto lei 553/76 – que regulamenta os serviços de Saneamento no Estado, de forma a adequá-lo à realidade de hoje. Ao finalizar, explicou que a CEDAE precisa urgentemente tomar medidas práticas - algumas já estão em andamento, segundo ele - para possibilitar o aumento da arrecadação. Entre outras, cita:

1) A atualização de sua base cadastral de dados, que implica em um recadastramento de todos os usuários. Esse recadastramento será iniciado, agora, durante o mês de maio; 2) Descentralização da empresa na área comercial, o que já está sendo feito com as Superintendências Regionais do Rio e Baixada Fluminense; 3) Reequipamento das estruturas operacionais dos distritos de águas e esgotos, de forma a permitir a melhora efetiva do atendimento prestado à população.

Governos Títeres

Aproxima-se mais uma eleição governamental. Esta, para Prefeito. Começam as promessas e a exibição de feitos. Candidatos “travestidos de cordeiros”, até invocam o “Senhor” – templos de diversas religiões abrem-se para o culto político eleitoral. Dá-nos a impressão de uma guerra santa. Os ataques mútuos dão o tom da campanha. Afloram acusações de baixo nível. Causa-nos aversão. É um teatro exibindo magníficos atores. Distraídos, acabamos envolvidos. A consciência perde a vigilância. O eleito torna-se semideus. Inatingível, subserviente aos interesses internacionais. Aí, viramos fantoches também. Tem sido assim! Até quando terá que ser assim? Depende de nós...

O Sr. Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, antes da faixa presidencial que lhe outorgaram, rotulava-se como ex-exilado. Um perseguido! Até foi premiado com uma aposentadoria especial, por isso. Como intelectual, em seus devaneios, escrevia textos sociológicos, que não retratam a sua realidade de hoje. Eram olhados como subversivos e faziam crer que se posicionava contrário àquele período de exceção que se iniciava.

Com esse perfil enganoso, somado ao seu plágio do plano real, brilhou nas esperanças de milhões de brasileiros distraídos e, principalmente, daquela juventude estudantil, hoje envelhecida, que tanto repudiava a já intervenção exploratória do capital voraz internacional que nos mantinha reféns.

Pode parecer que ele trocou a “pele”. Não. Nós é que nos cegamos. Hoje, já antes da reeleição, enxergou-se o intruso, o agente títere.

Quase tudo já foi para a exploração privada de consórcios internacionais. Restam o petróleo, as hidrelétricas e a água. A obra ainda não se completou. Afinal, esse compromisso está firmado com o FMI – o senhor suserano de um feudalismo moderno vigendo.

Para privatizar a água, estão jogando pesado. Qualquer negócio com os governos estaduais ou municipais para ser fechado é condicionado o “sine qua non” da privatização. Cortaram todos os recursos financeiros federais para o saneamento básico, através das estatais estaduais. Intencionam o sucateamento. Quando investem, há outra intenção - a de, tão somente, melhorar as condições estruturais das organizações, para gerar mais atratividade aos olhos dos investidores. Formaram um “timão”, comandado diretamente por ele, o “vassalo” FHC, que se compõe de diversos órgãos de alto escalão do governo federal. Temos que jogar na retranca e num contra-ataque, quem sabe, os venceremos! Eles são fortes, mas não são imbatíveis.

Apesar de faltarem ainda dois anos para o fim de seu mandato, o vassalo, arditosamente, já faz o jogo da sucessão: insinua o Ministro José Serra e comenta a importância de Ministro Malan para a continuidade do jogo econômico que ignora o social e que subsi-

dia o processo de venda do Brasil, pelo “vassalo”, aos 500 anos do início de sua formação pelo Cabral português.

Diante do fato, os dois Ministros começam a se posicionar. É aí que afloram verdades dos bastidores. Uma delas é a decisão do FMI, defendida pelo Ministro Malan, segundo o Ministro Serra, de incluir na formação do déficit público todos os recursos utilizados nas estatais. Paralelamente, pressionam para diminuir tal déficit. Logo, para a alegria deles, por conta desse critério, o saneamento teve as torneiras fechadas. Mais uma vez foi ignorado o bem estar social e a saúde pública do Brasil, em prol dos interesses econômicos exteriores. Sabe-se, também, por afirmação do Ministro Serra, que tal procedimento é uma exigência “B.O.”, que só se aplica para os “bobocas” do Hemisfério Sul, maior feudo daquele Senhor – O FMI, excetuando-se a Argentina onde, anos atrás, o seu Ministro da Fazenda, o Sr. Cavallo, reagiu e não acatou as ordens da Corte. Na Europa não é aplicada tal critério. Lá, há um equilíbrio de forças, por isso, “os dois pesos e as duas medidas.”

O Ministro Serra já começa a representar o seu papel no grande futuro teatro de eleição presidencial. Torna-se, repentinamente, “bonzinho” subestimando o eleitor. É o jogo dos “cordeiros” e futuros títeres. Hoje, passou a defender o saneamento público, apesar de ainda transitar no Congresso Nacional o seu PLS 266, destinado à privatização das estatais nas Regiões Metropolitanas – um “filé-mignon”

Temos certeza de que a miopia da sociedade, no sentido figurado, começou a retroceder, aumentando, conseqüentemente, a sua perspicácia. Já está reagindo. Já está sentindo os efeitos do golpe entreguista que vimos sofrendo. Certamente, não irá aceitar a perda, também, da propriedade de seu bem natural – a água, que está sujeita à exploração monopolista do capital internacional. Olha que, até prova em contrário, não há mecanismos de impedimento específico para exportá-la para outros mercados, em face do crescimento veloz da escassez hídrica no mundo. Além, é óbvio, de torná-la, aqui, em um produto mercantil, só acessível ao poder de compra de uma sociedade menor financeiramente. Os excluídos, quem sabe, poderão comprá-la a crédito e racioná-la para não morrerem de sede.

Aqui no Estado do Rio de Janeiro, à época das eleições governamentais, surgiu um “garotinho” que discursou em frente à ALERJ, defendendo o saneamento na gestão pública e repudiando a privatização da Cedae. Condenava a subserviência do governo Marcello. Este, também, rapidamente esquecera do nosso movimento estudantil e da reação de uma sociedade rebelada. Na época, era o advogado dos presos políticos. Ainda, aquele “garotinho”, como vencia nas pesquisas dos institutos de pesquisa, escreveu ao Supremo Tribunal Federal pedindo para aguardar as eleições, pois não concordava com aquela possibilidade de venda da Cedae no

final de um governo por pouco mais de 30 dias.

O governador Garotinho foi o “ator” aplaudido e, por isso, enfaixado governador dos resistentes em defesa das coisas nossas, sob a mira dos títeres para entregá-las na Corte.

Durou pouco a idolatria. O menino “garotinho” cresceu e se encantou com o poder e, como os outros, tornou-se semideus. Ignorou os partidos coligados. Pisoteia, como o seu correligionário Prefeito Jorge Roberto da Silveira, de Niterói, os ideários do PDT. Partido que os levou a tais magistraturas.

Tão logo eleito, viajou para descansar na França – residência da francesa Lyonnaise des Eaux. Aquele capitalzinho voraz que, junto com Marcello, nos tirava o sono e que já tem residência fixada, também no Brasil, para adorar mais de perto o ouro incolor e inodoro. O “garotinho” visitou aquela empresa! Até hoje, ninguém divulgou os termos do encontro a portas fechadas! Absurdo, em se tratando de um homem público, recém eleito.

Assim vem, a cada dia, desencantando e mudando o seu discurso.

Homem de fala sagaz, porque é um comunicador por profissão, tenta, ainda, convencer a alguns quando afirma que não irá privatizar a Cedae. Entretanto, foi buscar no “timão” federal a ajuda para reestruturar o saneamento no Estado do Rio, inclusive com a modelagem da Cedae – modelagem, hoje, é sinônimo de privatização no popular.

Assim, publicou no jornal “Valor”: “Nossa idéia não é privatizar a empresa”, frisa o governador. “Vamos manter a produção de água nas mãos do governo e a forneceremos para as concessionárias privadas. Na verdade, essa será a primeira concessão privada a ser dada no Estado do Rio”.

Dissimulado ou desinformado? Na nossa conta, já somam-se, no mínimo, 10 privatizações de serviços de água e de esgotos no Estado, desde o governo Marcello.

A sua engenhoca anunciada vai desaguar na malversação da coisa pública, se não vejamos: fica-se sem saber ao certo, quando afirma que “será a primeira concessão privada a ser dada no Estado do Rio”. Quis ele dizer com o “ser dada” como sinônimo de permitida, concedida ou facultada? Veja que passo entender que usou corretamente “dada” como oferecida, presenteada ou gratuita. E tenho fortes razões para assim entender. No mesmo jornal “Valor” é dito que a privatização da concessão dos serviços na Barra, Recreio e Jacarepaguá obriga a empresa vencedora a investir US\$ 180 milhões, em dois anos e meio. Em troca, terá a concessão por 25 anos. Ora, a Cedae, com isso, perderá naquela região, na sua arrecadação mensal, R\$ 10 milhões. Em dois anos e meio, a empresa vencedora arrecadará, sem nenhum ônus adicional, R\$ 300 milhões. A essa arrecadação, ainda será somado cerca de R\$ 1 milhão mensal, com a diminuição da inadimplência e, com certeza, aumen-

tará a arrecadação com o ingresso de novos usuários. Já há uma capacidade ali instalada recentemente às custas de todos os usuários do Estado. Pior ainda para a sociedade fluminense, que terá que subsidiar, é o fato de que não poderá o governador cobrar mais que R\$ 0,14 por m³ na produção da água a ser fornecida, tendo em vista que há uma decisão judicial, a favor de outra concessionária privada no Município de Niterói, que faz cumprir o contrato “montado” pelo Prefeito Jorge Roberto e o ex-governador Marcello, no apagar das luzes. Enfim, a preços atuais, a empresa vencedora gastará cerca de R\$ 328 milhões (US\$ 180 milhões) e arrecadará mais de R\$ 350 milhões no mesmo período, sem despesas adicionais, pagando o irrisório R\$ 0,14 do m³ de água recebida da Cedae, aumentando ainda mais a sua margem de lucro. Depois de 30 meses é só arrecadar essa bolada por 25 anos. Devo entender como doação ou não? O governador é dissimulado ou desinformado?

Garotinho vai se tornando réplica do Marcello. Ambos jogam sobre a Cedae toda a responsabilidade pela fase ruim que atravessa. É a incompetência camuflada. A Cedae é um órgão da administração indireta. É parte integrante da estrutura do Estado. O governo é quase dono absoluto. Só não o é porque 1/10 de 1% são ações com direito a voto, que não lhes pertence. Isto é um artifício legal para validar a condição jurídica da Sociedade de Economia Mista que viabiliza a cobrança de tarifa. Logo, isso só influi nos destinos ou na performance da Cedae. A Diretoria é escalão do governo que cumpre as suas ordens como acionista majoritário. O fato de empregados ocuparem diretorias não é corporativismo, não. É porque estão no jogo político partidário entre governador e os partidos coligados. A Cedae, gerencialmente, é como qualquer Secretaria do Estado. Se vai mal, retrata a incompetência do governador. A transferência dessa gestão para a exploração privada desse serviço essencial esconde a incompetência não confessada pelo Marcello e, agora, pelo velho “garotinho”.

É, governador! Se, realmente, quer mostrar competência, segura essa arrecadação da Barra, Recreio e Jacarepaguá (R\$ 10 milhões por mês) e em 30 meses, com o total de mais ou menos R\$ 350 milhões, fará a obra de esgotamento sanitário necessária àquela região. Mais ainda, escalone o pagamento de R\$ 200 milhões que o Estado deve à Cedae e, finalmente, só arrecade o ICMS sobre o arrecadado pela Cedae, pois, do jeito que faz, isto é, sobre o faturado, a Cedae paga-lhe o que não recebe do usuário que lhe deve o ICMS.

Em relação à Cedae, estamos procurando informações sobre o cheque-cidadão...

Dario Mondego
Presidente

FHC quer entregar a na forma da

Governo cumpre as ordens do FMI e tenta empecilhos legais à privatização do Saneamento



Foto: Agência Globo

**As modificações
na lei estão
sendo feitas com
a orientação
pessoal de FHC,
determinado a
cumprir as
exigências
do FMI**

O presidente FHC deverá enviar ao Congresso Nacional, no máximo em um mês, com pedido de urgência urgentíssima, substitutivos a dois projetos de lei que vão definir marcos regulatórios para o Saneamento Ambiental, na tentativa de “derrubar” de vez os entraves legais à privatização do Setor no País. Para isso, um grupo de técnicos do governo está trabalhando, desde novembro passado, na reformulação do Projeto de Lei 266 do ex-Senador José Serra (PSDB/SP) e atual Ministro da Saúde, que transfere aos estados a titularidade do Saneamento nas Regiões Metropolitanas. O mesmo grupo estuda também reformulações no Projeto de Lei Complementar à Constituição nº 72/99, do deputado Adolpho Marinho (PSDB/CE).

Segundo o Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional de Saneamento da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU -, Otávio Augusto Gonçalves Jardim, a proposta é de que o PLS 266/95 passe a definir apenas as diretrizes nacionais para o Setor: “O artigo 4º do PLS 266/95, que tratava da questão da titularidade, deverá ser retirado do projeto. Este artigo deverá ser acrescido ao Projeto de Lei Complementar à Constituição nº 72/99, do deputado Adolpho Marinho (PSDB/CE), que deverá tratar da cooperação da União com estados, municípios e Distrito Federal, além de definir a questão da titularidade do Saneamento”, disse.

De acordo com Otávio Jardim, a previsão é de que até o final deste mês os dois substitutivos estejam concluídos, para que o Executivo os envie ao Congresso com pedido de urgência urgentíssima: “Estamos trabalhando com a hipótese de que até o final des-

te ano, o Congresso Nacional defina a questão. Assim, a partir de 2001, o Setor de Saneamento passará a ter um marco regulatório federal, que poderá nortear as políticas estaduais e municipais. Hoje, para vender, por exemplo, uma Sabesp ou uma CEDAE, o governo estadual precisa negociar com os municípios, porque a titularidade é deles. Pelo menos, entende-se assim”, explicou o técnico da SEDU.

Diretriz nacional

Os substitutivos ao PLS 266/95 e ao PLC 72/99 estão sendo feitos por orientação pessoal do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, e do Ministro Ovídio de Angelis, responsável pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU. Criada em julho de 1999 para facilitar a privatização do Setor de Saneamento em todo o País, a SEDU tem status de Ministério e é ligada diretamente à Presidência da República. Em novembro passado, o Ministro formou um grupo de estudos, com técnicos de vários setores do governo, para acabar de vez com as divergências jurídicas sobre o Saneamento, que vem impedindo a privatização das Empresas do Setor.

Participam deste grupo de trabalho, além da própria SEDU, técnicos dos Ministérios do Meio Ambiente, Fazenda (Secretaria de Política Econômica), do BNDES, CEF, Casa Civil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Os técnicos do governo federal concluíram que, ao invés de o Executivo enviar um novo projeto de lei ao Congresso para definir questões jurídicas polêmicas, como a da titularidade, era melhor fazer substitutivos ao PLS 266/95, do tucano José Serra, e ao PLC 72/99, do também tucano Adolpho Marinho. Explicaram que o objetivo é o mesmo. Ou seja, a aprovação de uma lei complementar à Constituição Federal, que deverá regulamentar o setor de Saneamento, de-

finindo a titularidade dos serviços de Saneamento, principalmente nas Regiões Metropolitanas, que apresentam maior atrativo para a privatização.

O Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional de Saneamento da SEDU disse que os técnicos do governo ainda estão trabalhando na reformulação dos dois projetos, que deverão definir, entre outras coisas, marcos regulatórios federais para o Setor de Saneamento que vão nortear os estaduais e municipais. Por sua vez, a lei complementar à Constituição deverá definir de uma vez por todas a quem pertence a titularidade dos serviços de Saneamento. Ele não quis anunciar antecipadamente a conclusão desses estudos, mas, durante toda a entrevista ao Jornal da ASEAC, deu indícios de

que o como ament Dis tas co existe Metro “Pe litana lizada teriza Estad conce que a o mun te qua tere os se loc a font sua ár

Planalto cria

A deputada Maria do Carmo Lara (PT/MG), Relatora da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados, denunciou ao Jornal da ASEAC que o presidente FHC criou a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano - SEDU - para acelerar a privatização das empresas de Saneamento de todo o País. “FHC quer mudar a legislação que rege o Setor para cumprir as exigências do FMI, feitas na assinatura do último acordo da dívida externa. Na ocasião, o Fundo exigiu a privatização das hidrelétricas e das estatais de Saneamento, a partir deste ano”, disse.

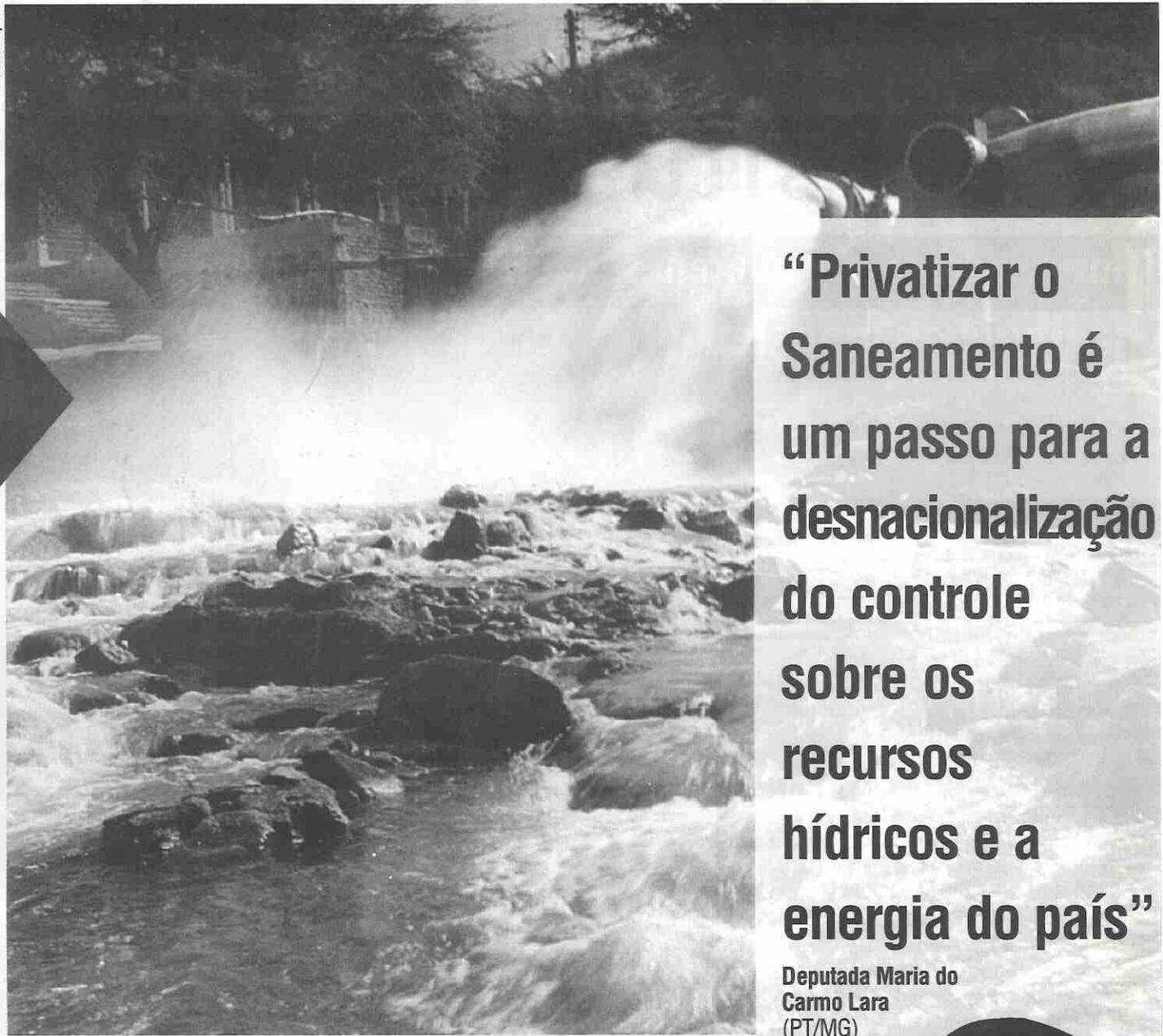
Para a deputada, privatizar o Saneamento é um passo para a desnacionalização do controle dos recursos hídricos e da energia do País. “Aliás, a privatização das águas brasileiras é uma imposição do FMI que está preocupado com a falta de água, que deverá ocorrer no mundo daqui a 15, 20 anos, quando água vai custar mais caro que petróleo. Esta é uma situação que precisa ser melhor analisada, pois enquanto os Estados Unidos mandam o Exército tomar conta de suas fontes hídricas, no Brasil, nós planejamos entregá-las”.

Maria do Carmo Lara considerou que o momento de reagir é agora, diante da escassez de

Água a lei

acabar com os saneamento no país

Foto: Arquivo



“Privatizar o Saneamento é um passo para a desnacionalização do controle sobre os recursos hídricos e a energia do país”

Deputada Maria do Carmo Lara
(PT/MG)

Estado deverá ser definido o titular dos serviços de Saneamento nas Regiões Metropolitanas. Se, por exemplo, que juristas consultados alegam que não é o ente federativo Região Metropolitana:

Portanto, em Regiões Metropolitanas, onde a fonte de água é utilizada por vários municípios, caracterizando um interesse comum, o município é quem deve ser o poder concedente. Além disso, explicou a Constituição Federal diz que o município só é o poder concedente quando o Saneamento for de interesse local: “Entenda-se interesse local, quando o município tiver o abastecimento dentro de sua área geográfica”.

um ministério para privatizar a água

Água para o consumo humano já anunciada pela própria Organização das Nações Unidas – ONU: “Os recursos hídricos representam hoje um dos bens mais importantes para a soberania nacional. Portanto, precisamos denunciar o plano irresponsável de FHC de transformar a nossa água em moeda de troca no sedento mercado internacional”.

A parlamentar disse que a população brasileira, além de reagir a entrega de nossas águas, não deve esquecer dos resultados trágicos provocados pela privatização dos setores elétrico e de telecomunicações, que trouxe, entre outras coisas, queda da qualidade dos serviços e aumento das tarifas, prejudicando, principalmente, a população de baixa renda:

“Somente no ano passado, as tarifas públicas fizeram com que a inflação em Belo Horizonte (dados de Pesquisas Econômicas e Administrativas, IDEC/UFMG) alcançasse o índice de 8,94%, sete vezes o índice de 1,19% de 1998. Esse aumento abusivo das tarifas ocorreu em todo o país. Ora, as estatísticas, comprovando esses aumentos, demonstram claramente a falácia do governo federal quando

das privatizações das empresas do setor de energia e telecomunicações. Hoje temos tarifas públicas bem maiores do que as praticadas antes e sem a contrapartida de serviços melhores. Pelo contrário, os consumidores têm amargado, na era das privatizações, sensível perda da qualidade na prestação desses serviços. Quem não se lembra dos famosos apagões, que tantos prejuízos nos causaram. Isso sem falar nas dificuldades que encontramos ainda hoje para completar uma ligação telefônica de qualquer natureza”, denunciou a deputada.

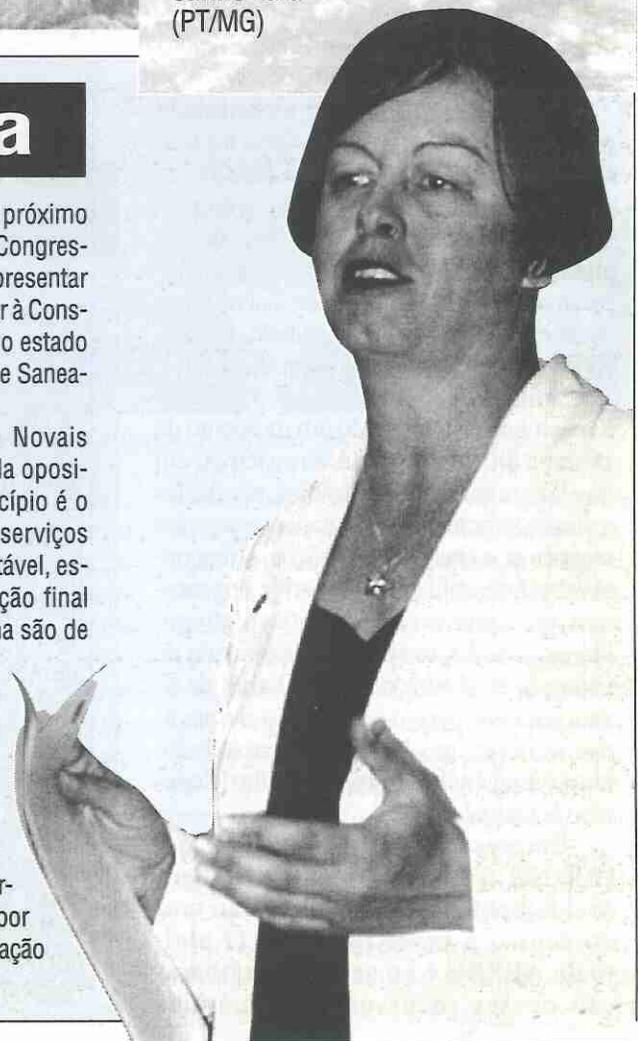
Para Maria do Carmo Lara, esta lembrança deve ser um estímulo para que todos arregalem as mangas para brigar contra a privatização do Saneamento, que por ser um setor vital à saúde pública trará problemas ainda maiores à sociedade brasileira:

“De 93 a 96, fui prefeita do município de Betim (MG) e investimos pesado na construção da rede de esgotos. O resultado foi a redução em mais de 70% das doenças de veiculação hídrica, que atingem, basicamente, a população mais pobre. Ora, a iniciativa privada não vai investir em áreas carentes. Portanto, a sociedade precisa se mobilizar para resistir à privatização do Saneamento”.

A deputada petista explicou que, no próximo semestre, os debates vão esquentar no Congresso Nacional, quando a oposição vai apresentar um projeto alternativo à lei complementar à Constituição proposta por FHC, que definirá o estado como poder concedente dos serviços de Saneamento nas Regiões Metropolitanas.

Elaborado pelo deputado Sérgio Novais (PSB/CE) e por ela própria, o projeto da oposição vai insistir na tese de que o município é o poder concedente, definindo que os serviços públicos de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, coleta e disposição final de resíduos sólidos e drenagem urbana são de interesse local.

“O projeto de lei diz ainda que os Estados e o Distrito Federal, em cooperação com os municípios, devem promover a organização, o planejamento e a execução das funções públicas de Saneamento de interesse comum, nas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou outras regiões constituídas por Municípios limítrofes agrupados, onde a ação supralocal se fizer necessária”.



AESBE culpa estados pela difícil situação do Saneamento

Governadores não querem se indispor politicamente para reestruturar suas empresas

O presidente da Associação das Empresas de Saneamento Básico Estaduais - AESBE -, Ariovaldo Carmignani, que acumula a função de presidente da Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo - SABESP - disse que o diagnóstico de que o governo federal é o único responsável pelos males do Setor de Saneamento é mfope:

“Todos os governos estaduais estão em falta, pois não demonstraram interesse em fazer ajustes nas suas empresas de Saneamento. Ora, no Brasil, embora a tarifa seja de bom nível, temos um desperdício exorbitante com perdas física e de receita, além de um custo absurdo das folhas de pagamento dessas empresas. É fácil reclamar do governo federal, mas os principais responsáveis são os governos estaduais, que não querem se indispor politicamente para reestruturar as empresas”.

Ao defender a revitalização do Setor, o Presidente da AESBE comentou que existem hoje no país 27 empresas estaduais de Saneamento, sendo que, dessas, no máximo cinco têm capacidade de contratação, 10 não tem nenhuma capacidade e as outras restantes precisam ser reestruturadas para recuperar esta capacidade.

Segundo ele, hoje, embora reclamem do governo federal, os entes públicos estaduais não estão cumprindo a sua tarefa com relação ao Saneamento: “Algumas empresas precisam demitir cerca de 50% de seu quadro de pessoal para conseguirem ser reestruturadas, mas os responsáveis por essas empresas não têm vontade, capacidade política de enfrentar o problema”.

Carmignani considerou que o Setor de Saneamento está vivendo um momento de extrema dificuldade: ao mesmo tempo em que faltam planos e programas, não há legislação suficientemente clara que permita identificar o titular dos serviços, o responsável pela fiscalização e controle dos mesmos, principalmente nas Regiões Metropolitanas. Não há, também, possibilidade de obtenção de recursos, pois as linhas de financiamento para o setor estão desativadas, uma vez que desde o ano passado foram contingenciadas pelo Conselho Monetário Nacional:

“Empresas como a SABESP e a CEDAE, que têm capacidade de endividamento, também não estão tendo acesso a esses recursos. O pleito da AESBE é no sentido da liberação desses recursos fundamentais

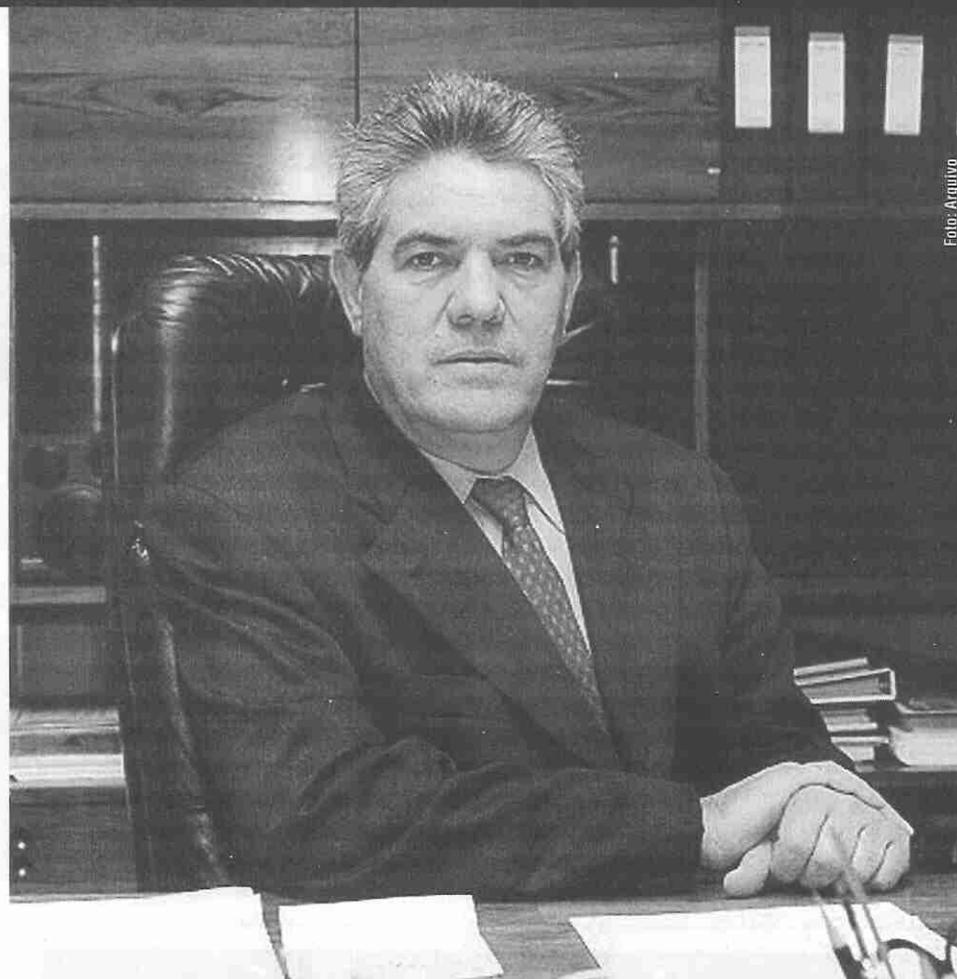


Foto: Arquivo

O Atual presidente da AESBE foi responsável direto pela reestruturação da SABESP

para a universalização dos serviços de Saneamento”.

Para o presidente da AESBE, essas dificuldades acabam se refletindo na qualidade dos serviços prestados pelas companhias estaduais de Saneamento, pois os investimentos realizados não estão tendo continuidade. Observa-se que, no último ano, esses investimentos decresceram e, se a situação continuar a mesma, a saúde pública estará exposta a sérios riscos com o crescimento de doenças de veiculação hídrica e o agravamento de índices de mortalidade infantil.

Por fim, o presidente da AESBE afirmou que a Associação não defende a privatização do Saneamento, mas sim a revitalização do Setor, para que haja, de fato, a universalização dos serviços. Ao comentar a questão da necessidade de uma definição clara sobre quem é o poder concedente nas Regiões Metropolitanas, Carmignani disse que não há como ter gestão pública sem que o poder concedente seja o Estado:

“Se o Estado não for definido como poder concedente nas Regiões Metropolitanas, o que vai ocorrer é que vão picar tudo em pedacinhos e privatizar”, finalizou.

Há um ano, ASEAC vem denunciando as manobras

O acirramento das pressões por parte do governo federal sobre os estados, para forçar a privatização das companhias de Saneamento Básico, de modo a atender as cláusulas do acordo assinado com o FMI, já vinha sendo alertado pela ASEAC desde o início de 1999. Em ampla reportagem publicada na edição de abril do ano passado, intitulada “FMI e BIRD dão o tom das mudanças”, o Jornal da ASEAC denunciava as manobras que vinham sendo articuladas no Congresso para tentar aprovar, com o mínimo de mudanças possível, o projeto de Lei 266, do então Senador licenciado e ministro da Saúde, José Serra (PSDB/SP), que transferia aos estados a titularidade dos serviços.

O objetivo do governo era simples: acabar com qualquer resistência legal que pudesse atrapalhar a determinação do presidente Fernando Henrique Cardoso de cumprir o acordo assinado com o FMI, “escancarando” as portas do Saneamento Básico

às multinacionais privadas, como ocorreu na Argentina. Contudo, o parecer do Senador e constitucionalista Josaphat Marinho (PFL-BA), estabelecendo a “titularidade compartilhada” entre estado e municípios, funcionou como “água na fervura” do Planalto.

O próprio BNDES, que vem servindo ao governo como alavanca financeira da entrega do país ao capital estrangeiro, já estava orientado para apoiar apenas as propostas de privatização em estados e municípios onde os impasses jurídicos estivessem totalmente resolvidos. Ou seja, apenas os projetos onde já houvesse o entendimento entre as três partes envolvidas - estado, município e iniciativa privada - contariam com financiamento do governo. O objetivo era evitar imprevistos como os ocorridos em alguns municípios, como Limeira, e no próprio Estado do Rio, que poderiam reduzir o interesse do setor privado.

A resposta de Brasília à reação de alguns governadores e parlamentares de oposição, porém, não demorou. O presidente FHC pas-

sou, então, a condicionar a renegociação da dívida dos estados - todos em situação bastante delicada - à privatização de suas companhias de Saneamento. Assim, alguns estados afinados com o Planalto, como a Bahia, o Espírito Santo e Pernambuco trataram logo de dar início ao processo.

Hoje, porém, diante das notícias divulgadas pelas mais diversas e confiáveis fontes de todo o mundo a respeito do futuro da água, a sociedade começa a perceber as reais intenções do governo federal e o risco que representa entregar o Saneamento à exploração econômica do capital privado internacional. No próprio Congresso, a reação de parlamentares já vem sinalizando para o difícil “embate” que o governo enfrentará para tentar mudar a legislação e viabilizar sua proposta de privatização de uma riqueza insubstituível e vital para o mundo: a água, que o Brasil tem de sobra e cuja importância vem se sobrepondo até ao petróleo.

Garotinho pede ajuda a FHC para reestruturar a CEDAE

Governo federal afirma que a CEF vai fazer apenas estudos de gestão, mas fontes do Setor garantem que os estudos incluem a modelagem da Empresa

O governador Anthony Garotinho pediu oficialmente ao governo federal que faça um estudo para a reforma institucional do Saneamento no Estado, que inclui a formulação e avaliação de alternativas de gestão para a CEDAE. Entre as alternativas a serem analisadas estão a gestão privada da Empresa, a gestão pública e a gestão com parceiro estratégico. Neste caso, o Estado manteria o controle acionário, mas a empresa seria administrada conjuntamente pela iniciativa privada e governo, como ocorre hoje com a SANEPAR – Companhia de Saneamento do Estado do Paraná.

Os estudos sobre a gestão da CEDAE serão feitos pela Caixa Econômica Federal - CEF - que nos próximos dias deverá assinar um convênio com o governo do Estado para fazer o trabalho. A Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU -, ligada diretamente à Presidência da República, vai trabalhar em parceria com a CEF para reestruturar o Saneamento no Rio de Janeiro. A informação é do Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional de Saneamento da SEDU, Otávio Augusto Gonçalves Jardim.

Reforma institucional

Ele explicou que a reforma institucional do Saneamento no Estado deverá ser financiada com recursos do Banco Mundial - BIRD -, através do Programa de Modernização do Setor de Saneamento. Otávio Jardim disse ainda que o pedido de ajuda para reestruturar a CEDAE foi feito pelo próprio governador Anthony Garotinho ao governo federal:

“O governador disse que não dá mais para admitir que a CEDAE continue do jeito que está e, por isso, pediu a ajuda da SEDU para definir novas regras para o Saneamento no Estado. Aliás, a péssima administração da estatal é comprovada pelos números da Empresa publicados no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. A CEDAE perde quase 50% de toda a sua produção de água e tem uma perda financeira de 30%. Ora, uma empresa com esses índices tem sérios problemas. É mal

administrada e isto não pode ser ignorado”, afirmou. Segundo o Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional da SEDU, esses números da CEDAE podem ser acessados através do site “www.planalto.gov.br.sedu”.

Otávio Jardim informou ainda que o Programa de Modernização do Setor de Saneamento tem recursos a fundo perdido de US\$ 22 milhões, provenientes do Banco Mundial – BIRD – e da própria SEDU, para serem utilizados na modernização das empresas de Saneamento de todo o País.

Escondendo o jogo

Enquanto o Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional de Saneamento da SEDU informou que a Caixa Econômica Federal deverá fazer apenas estudos de gestão para a CEDAE, fontes ligadas ao Setor afirmam que nesses estudos está incluída a modelagem da Companhia de Saneamento do Estado, o que significaria que o governador já optou pela privatização da Empresa.

Aliás, segundo Otávio Jardim, a CEDAE só não foi privatizada no governo Marcello Alencar por falta de marcos regulatórios federais e estaduais que definissem, entre outras coisas, a questão da titularidade dos serviços de Saneamento.

Com relação à reestruturação do Saneamento no Estado, ele informou que o governador Anthony Garotinho não pediu que a SEDU fizesse qualquer análise sobre a situação de municípios do Estado onde o Setor já foi privatizado e a população tem sofrido com a queda da qualidade do serviço ou o aumento abusivo de preços dos serviços de Saneamento, como, por exemplo, os da Região dos Lagos e Friburgo. Ao mesmo tempo, também não quis confirmar se a reforma institucional encomendada pelo governador para o Saneamento no Rio de Janeiro tem por objetivo tornar a CEDAE uma empresa produtora de água, enquanto aos municípios caberia a distribuição.

Durante a entrevista, o Coordenador Geral de Desenvolvimento Institucional de Saneamento da Secretaria Especial de



Para a CEDAE, Garotinho nega. Para a imprensa, afirma que vai privatizar a CEDAE

Desenvolvimento Urbano considerou que, assim como o ex-governador Marcello Alencar, o governador Garotinho pode estar sendo precipitado ao querer entregar o sistema de Saneamento da Barra da Tijuca/Recreio dos Bandeirantes/Jacarepaguá à iniciativa privada sem que estejam definidos marcos regulatórios federais e também estaduais: “O ideal seria que ele esperasse a definição de regras claras, antes de decidir com o prefeito do Rio, Luís Paulo Conde, a privatização de parte do sistema de Saneamento da capital”, disse Otávio Jardim.

Aliás, a partir de um determinado momento, a sua entrevista ao Jornal da ASEAC foi cheia de informações con-

traditórias. Primeiro, ele explicou que a SEDU ainda estava em fase de negociação com o governo do Rio de Janeiro sobre a reforma institucional do Saneamento no Estado. Em seguida, informou que a Secretaria deverá trabalhar em conjunto com a CEF e, por fim, disse que o contrato a ser assinado com o governo do Estado para a reestruturação da CEDAE ainda está em fase de elaboração: “Como este contrato inclui financiamento do Banco Mundial, precisa ser melhor elaborado”, disse.

Ao final, Otávio Jardim anunciou que deverá vir ao Rio de Janeiro para visitar a CEDAE e conhecer o presidente da Empresa, Alberto Gomes.

Um Alerta geral

Degradação da bacia hidrográfica pode tornar intratável a água que abastece a Região Metropolitana e trazer o caos para o Rio de Janeiro

Se não for desenvolvido, em caráter de urgência, um amplo programa de proteção à sub-bacia hidrográfica do rio Guandu e à bacia do Rio Paraíba do Sul, a vida da principal fonte primária de abastecimento dos nove milhões de habitantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro vai estar comprometida em menos de 10 anos, gerando sérios riscos ao fornecimento de água à população.

A advertência é do diretor de Operações e Manutenção da CEDAE, Flávio Guedes, ao admitir que a CEDAE vem tendo sérios problemas para tratar as águas do rio Guandu, após chuvas mais fortes, devido ao alto grau de poluição da sub-bacia do Guandu e da bacia do Paraíba do Sul. Essas águas que alimentam a Estação de Tratamento – ETA – do Guandu, a maior do mundo em volume d'água, estão caminhando rapidamente para um quadro de "intratabilidade total", conforme vem sendo alertado há anos por engenheiros sanitaristas do Estado.

Segundo Flávio Guedes, a poluição tem diversas fontes: lixo, esgotos domésticos e industriais que as águas que chegam à Estação de Tratamento recebem dos rios Guandu e Paraíba do Sul (a maior parte de indústrias e municípios do Vale do Paraíba, próximo à fronteira do Rio de Janeiro com São Paulo). Além disso, o rio Guandu é sistematicamente agredido também por despejos de resíduos industriais oriundos do complexo industrial da CODIN, em Nova Iguaçu, além de lixo e esgotos domésticos despejados pelos moradores da própria região no rio dos Poços, que deságua direto nele.

Este último problema, de acordo com o diretor da CEDAE, é o mais fácil de resolver, pois já existem estudos avançados para desviar o rio dos Poços, que fica a montante da ETA do Guandu, eliminando, com isso, o foco de contaminação. Contudo, o rio Guandu ainda sofre com a retirada clandestina de areia – um problema que vem sendo denunciado há anos mas ninguém soluciona. "Antes, o sistema de tratamento



Foto: J. Andrade

só ficava prejudicado em épocas de temporais, quando a água se tornava excessivamente turva e suja, exigindo uma quantidade maior de produtos químicos para torná-la potável. Hoje, porém, devido ao crescimento desordenado da região, toda a Bacia do rio Guandu está extremamente comprometida, expondo o tratamento feita na ETA a graves riscos, com qualquer incidência de chuva", disse o diretor da Companhia.

Guedes informou, ainda, que o Sistema Guandu vem sendo dotado pela CEDAE de condições técnicas para superar o problema: ganhou um novo laboratório e outro Centro de Controle Operacional (CCO), que lhe permitirá monitorar cerca de 1.000 pontos no próprio complexo de tratamento, dando mais agilidade e segurança, em caso de problemas com a água que chega pelo rio Guandu. "Isso tudo, contudo, é apenas paliativo, pois o monitoramento não resolve o problema em definitivo", explica o engenheiro. Segundo ele, a CEDAE, além de não ser responsável pelo problema, é vítima dessa situação, pois é obrigada, com frequência, a ter de usar cada vez mais produtos químicos e novas tecnologias para conseguir tratar a água que, a cada dia, fica mais difícil de purificar.

- Por isso, achamos, que está na hora de dar um alerta geral. É preciso proteger a Bacia do Paraíba do Sul e a sub-bacia do Guandu, porque o absurdo, hoje, chegou a tal ponto que somos obrigados a conviver com um "lixão" da prefeitura de Nova Iguaçu ao lado da Estação de Tratamento do Guandu, concluiu.

Na verdade, a preservação e a despoluição da Bacia do rio Paraíba do Sul não têm recebido a prioridade necessária por parte do Poder Público. O rio se encontra assoreado, poluído e, embora o assunto venha sendo debatido há anos, pouco se fez efetivamente para garantir a longo prazo a sobrevivência da maior fonte de abastecimento do Estado do Rio. Urge instituir uma política de preservação e despoluição da Bacia do Paraíba do Sul e da sub-bacia do rio Guandu.

"A CEDAE, além de não ser responsável, é vítima da poluição do rio Paraíba do Sul, sendo obrigada a usar cada vez mais produtos químicos para tratar a água distribuída à população."